

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 60/XV/1.ª SL

Aos 5 dias do mês de julho de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 5 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE – 10h00

Audição do Professor Pedro Gomes, a [requerimento do GP do PSD](#), sobre o projeto-piloto da semana de quatro dias de trabalho.

II PARTE – 11h15

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 59, de 28 de junho de 2023;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Deliberação sobre a admissibilidade das seguintes petições:
[Petição n.º 170/XV/1.ª](#) — Pela prorrogação do prazo para execução de obras referenciadas no relatório do ISS, I.P. nas instalações sitas na Rua da Vila, Penamaior, Paços de Ferreira, da iniciativa de Andreia Cristina Portela Peixoto e outros (362 assinaturas);
Relator: A indicar pelo GP do PS
[Petição n.º 172/XV/1.ª](#) — Pedido de iniciativa legislativa para mitigar a falta de mão-de-obra na agricultura, da iniciativa de Joana Rodrigues e outros (3 assinaturas);
[Petição n.º 178/XV/1.ª](#) — Unidos Pelas Nossas Crianças, da iniciativa de Rui André Angelino Vargas e outros (19 assinaturas);
4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:
 - A. Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre «sobre a falta de apoio às famílias de acolhimento» de idosos e pessoas com deficiência;
 - B. Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre os problemas de gestão na Santa Casa da Misericórdia;
5. Outros assuntos:
Definição do alargamento da composição do Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais.

Aberta a reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia, nos seguintes termos:

I PARTE – 10h00



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 60/XV/1.ª SL

Audição do Professor Pedro Gomes, a [requerimento do GP do PSD](#), sobre o projeto-piloto da semana de quatro dias de trabalho.

A Senhora Presidente saudou o Professor Pedro Gomes, responsável pela coordenação do projeto-piloto relativo à semana de quatro dias de trabalho, agradecendo a sua presença, enquadrando o objeto da audição e explicitando a metodologia a adotar, dando de seguida a palavra à Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), que apresentou o requerimento em apreço, seguindo-se a resposta inicial do Professor Pedro Gomes.

Na ronda de intervenções, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Fernando José (PS), Joana Barata Lopes (PSD), Jorge Galveias (CH), Carla Castro (IL), Manuel Loff (PCP) e Rui Tavares (L), respondendo o Professor Pedro Gomes, no final da ronda, ao conjunto das questões colocadas.

No final, a Senhora Presidente despediu-se do Professor Pedro Gomes, agradecendo-lhe a participação e a disponibilidade para responder às perguntas formuladas, assim como as entusiásticas explicações.

A [audição](#) foi registada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

II PARTE – 11h15

Após uma curta pausa, os trabalhos foram retomados com a II parte da [reunião](#), nos moldes que se seguem:

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 59, de 28 de junho de 2023;

A ata identificada foi aprovada por unanimidade.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 60/XV/1.ª SL

O Grupo Parlamentar (GP) do PS adiou a sua pronúncia sobre o modelo a adotar para a concretização da discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 852/XV/1.ª \(PS\)](#) - «Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida», que havia sido aprovado na generalidade no dia anterior. Por sua vez, o GP da IL indicou que a discussão do [Projeto de Resolução n.º 820/XV/1.ª \(IL\)](#) - «Pela transparência e informação nos mecanismos de poupança e reforma com o Estado» deveria ocorrer em Plenário.

3. Deliberação sobre a admissibilidade das seguintes petições:

[Petição n.º 170/XV/1.ª](#) — Pela prorrogação do prazo para execução de obras referenciadas no relatório do ISS, I.P. nas instalações sitas na Rua da Vila, Penamaior, Paços de Ferreira, da iniciativa de Andreia Cristina Portela Peixoto e outros (362 assinaturas);

Relator: A indicar pelo GP do PS

[Petição n.º 172/XV/1.ª](#) — Pedido de iniciativa legislativa para mitigar a falta de mão-de-obra na agricultura, da iniciativa de Joana Rodrigues e outros (3 assinaturas);

[Petição n.º 178/XV/1.ª](#) — Unidos Pelas Nossas Crianças, da iniciativa de Rui André Angelino Vargas e outros (19 assinaturas);

Todas as petições elencadas foram admitidas por unanimidade. Atento o número de subscritores, e com a aprovação da nota de admissibilidade de cada uma, a apreciação das duas últimas deu-se por concluída, nos termos do disposto no n.º 13 do artigo 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, aprovada pela Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual. Já para a Petição n.º 170/XV/1.ª, foi indicada como relatora a Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS).

4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

A. Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre «sobre a falta de apoio às famílias de acolhimento» de idosos e pessoas com deficiência;

O Senhor Deputado Jorge Galveias procedeu a uma apresentação exaustiva do requerimento em epígrafe, aludindo ao número de famílias de acolhimento em Portugal e às dificuldades que enfrentam, que passam especialmente pelas dificuldades financeiras sentidas, mas também pela falta de apoio emocional e psicológico, bem como de formação e capacitação adequada e de reconhecimento e valorização social.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 60/XV/1.ª SL

Por conseguinte, defendeu a importância da audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), tendo em conta o papel que estas famílias desenvolvem como meio alternativo à colocação de idosos em lares de terceira idade, assim como a relevância que as mesmas assumem como via alternativa ao cuidado de adultos com deficiência, em face das dificuldades financeiras por que passam, quer pela falta de atualização dos apoios que lhes são devidos, quer pelo aumento do custo de vida provocado pela inflação, sem esquecer as queixas que vão reiterando relativamente à falta de apoio da Segurança Social.

Em sentido contrário, a Senhora Deputada Cristina Sousa (PS) afirmou que o Governo estava a preparar uma portaria aplicável às famílias de acolhimento, fazendo ainda referência à atualização do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) e ao Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável, defendendo que este último alterará a forma como encaramos o envelhecimento. Assim, ponderando estas medidas e também que se havia realizado, em sessão plenária, um debate sobre este tema na pretérita semana, anunciou que o seu Grupo Parlamentar votaria contra o requerido.

Deste modo, não se registando mais intervenções, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS, os votos a favor do PSD, CH, IL e BE e a abstenção do PCP.

B. Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre os problemas de gestão na Santa Casa da Misericórdia;

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) apresentou este segundo requerimento, mencionando as preocupações geradas pelas notícias vindas a público sobre a gestão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), tendo em consideração os eventuais danos, quer para a viabilidade financeira da instituição, quer para a sua reputação. Posto isto, enumerou as situações que chamavam a atenção do seu Grupo Parlamentar, entre as quais: o aumento significativo do número de dirigentes da instituição em seis anos, o que terá conduzido a elevadas despesas de estacionamento; os prejuízos verificados em 2020 e 2021; a avaliação externa e independente em curso; um investimento em internacionalização em dois anos que



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 60/XV/1.ª SL

ainda não gerara receita; ou, ainda, que a participação no resgate do Hospital da Cruz Vermelha possa ter levado a que a SCML se encontre no limiar da falência.

Assim sendo, face a estes problemas, defendeu ser fundamental obter da tutela respostas claras e inequívocas sobre os problemas reportados, assim como sobre as soluções em que, certamente, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) está a trabalhar para a salvaguarda presente e a viabilidade futura desta instituição.

Depois de a Senhora Presidente ter recordado que a Comissão aprovara na reunião anterior, por unanimidade, um requerimento verbal do PSD pelo qual se visava precisamente o envio ao Parlamento de documento relacionada com a auditoria que ainda decorria, e ao qual já havia sido dado o devido seguimento, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) acompanhou as preocupações sobre a SCML, secundando a pertinência de voltar a ouvir a Senhora MTSSS sobre o assunto, que já anteriormente se pronunciara a requerimento do GP do PSD e em audições regimentais, remetendo para a auditoria em curso. Contudo, a oportunidade da audição devia enquadrar-se na resposta a dar ao requerimento verbal do PSD, sublinhando a ausência de reação a pedidos anteriores, pelo que considerou que este requerimento deveria estar condicionado à resposta a dar aos anteriores.

De igual modo, também o Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) invocou o requerimento verbal do GP do PSD, acrescentando que, antes de uma eventual nova audição da Senhora Ministra, seria indispensável dispor de informação, sob pena de a vinda poder ser supérflua, e também que, nesta altura, e tendo em conta a auditoria, ela era mesmo desnecessária, sendo outrossim necessário aguardar. Não deixou ainda de lembrar que a SCML tem mais de 500 anos e atividade assistencial fundamental que, segundo a nova Provedora, Dra. Ana Jorge, é para manter. Por tudo isto, e reiterando a existência de um processo em curso, concluiu que do resultado da auditoria logo se veria o que poderia e deveria ser pedido.

Novamente no uso da palavra, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) aduziu que o seu Grupo Parlamentar apenas considerava supérfluo chamar de imediato a Senhora Ministra na eventualidade de não serem prestados, desde já e pelo menos, os



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 60/XV/1.ª SL

esclarecimentos solicitados, não obstante a verificação de indícios graves, reforçando que haveria um momento em que teriam de ser prestadas explicações, donde o GP do PSD não abdicava da audição da Senhora MTSSS, desde que devidamente contextualizada.

Por seu turno, o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) transmitiu que concordavam que se aguardasse pela resposta ao pedido já dirigido ao Ministério, completando que neste caso havia factos e não meros indícios. Em réplica, o Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) advogou que, para confirmarmos os factos, temos de aguardar pela conclusão dos procedimentos, e que até o próprio GP do CH anuíra em esperar por esse desenlace.

Desta forma, submetido a votação, também este requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PS, os votos a favor do PSD, CH, IL e BE e a abstenção do PCP.

5. Outros assuntos:

Definição do alargamento da composição do Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais.

Neste âmbito, e depois de a Senhora Presidente ter comunicado que o GP do PSD já havia indicado os membros que integrariam o Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais, o GP do PS designou como coordenadora a Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS), como membros efetivos a Senhora Deputada Alexandra Leitão (PS) e os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Bruno Aragão (PS) e Pedro Anastácio (PS) e como membros suplentes a Senhora Deputada Maria Antónia de Almeida Santos (PS) e os Senhores Deputados Luís Soares (PS), Hugo Costa (PS) e Jorge Gabriel Martins (PS). Destarte, o GP do PCP nomeou como membro efetivo o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) e como membro suplente a Senhora Deputada Alma Rivera (PCP), enquanto o GP do CH indicou como membros, pelo menos por ora, os Senhores Deputados Jorge Galveias (CH) e Pedro dos Santos Frazão (CH). Quer o GP da IL quer o GP do BE declararam que identificariam os seus representantes neste Grupo de Trabalho em momento posterior. Por fim, atendendo a que a Conferência de Líderes que então decorria poderia tomar decisões sobre esta matéria, foi deliberado aguardar pela reunião da CTSSI da semana vindoura para decidir sobre o calendário a adotar e



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 60/XV/1.ª SL

sobre a hipotética antecipação das audiências, a pedido das entidades que as haviam solicitado. A este respeito, lembrando que na semana seguinte não haveria lugar à realização de reuniões plenárias, a Senhora Presidente propôs que a próxima reunião da Comissão fosse agendada na quarta-feira, 12 de julho, pelas 15h, o que mereceu a concordância de todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de julho de 2023.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 60/XV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Carla Castro (IL)
Manuel Loff (PCP)
Isabel Pires (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Francisco César (PS)
Gabriela Fonseca (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Pedro Anastácio (PS)
Rui Tavares (L)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Gilberto Anjos (PS)
Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Marta Freitas (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Paula Cardoso (PSD)